

Acusado no caso Dorothy é condenado

Categories : [Notícias](#)

Na madrugada deste sábado, cinco anos depois do assassinato da missionária Dorothy Stang em Anapu (PA), o fazendeiro Regivaldo Galvão, mais conhecido como "Taradão", foi condenado por maioria de votos a 30 anos de prisão por ter encomendado o assassinato da freira americana junto a Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, igualmente condenado a 30 anos de prisão no início deste mês. Taradão cumprirá pena em regime fechado sem direito de apelar em liberdade da condenação.

O advogado do réu, Jânio Siqueira, afirmou que pretende recorrer contra a condenação. Dinailson Benassuly, um dos coordenadores do Comitê Dorothy Stang, afirmou que caso o fazendeiro não tivesse sido condenado, o comitê não "daria sossego, pois um crime como este não pode ficar impune. A gente trabalhou duro para chegar nesse sujeito".

Durante o julgamento, muitas pessoas ocuparam as praças ao redor da prefeitura de Belém, perto do Tribunal do Júri. Da parte de Dorothy, viam-se pelo menos uma centena vinda de diferentes partes do Pará e do Maranhão. Do outro lado, encontrava-se o Comitê Regivaldo é Inocente, formado por pouco mais do que 30 pessoas. "Tudo o que ele fez por Altamira demonstra que ele nunca se envolveu na morte dessa...da Dorothy", afirmou o motorista Joilton Alves Ferreira, que não soube explicar muito bem o que Taradão fez por Altamira.

O procurador Felício Pontes Júnior, conhecido apoiador do Comitê Dorothy Stang, manteve-se o tempo todo confiante quanto à condenação. "As provas apresentadas foram muito fortes, tanto as que vieram do Ministério Público quanto as que apuramos. Os processos de grilagem de terra mostram o vínculo de Regivaldo com o Lote 55. Ele negava esta ligação, o que não corresponde à verdade. Os jurados entenderam bem o que foi exposto."

Galvão foi levado para um presídio na região metropolitana de Belém, onde cumprirá a pena. Outros quatro acusados de participação no caso, Rayfran das Neves Sales, Clodoaldo Carlos Batista, Amair Feijoli da Cunha e Vitalmiro Bastos de Moura, foram julgados e condenados a penas que variam de 17 a 30 anos de reclusão. De acordo com Felício Pontes, as condenações no caso da missionária são fatos a serem comemorados porque vão na contramão da velha e conhecida impunidade amazônica. (Karina Miotto)